

Atratividade de jovens ao magistério

» MOZART NEVES RAMOS

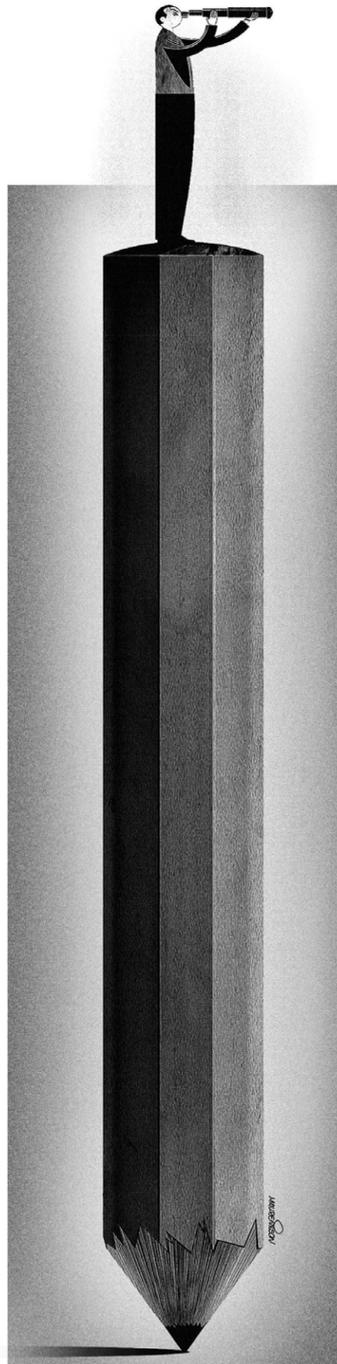
Professor emérito da UFPE e titular da Cátedra Sérgio Henrique Ferreira da USP de Ribeirão Preto

No Brasil, ser professor não é objeto de desejo. Isso é muito grave. Os próximos governantes precisam incluir isso na agenda. Em outras palavras, em suas propostas para o novo Brasil, precisam indicar de que forma pretendem atrair jovens para o magistério. Sem bons professores, o Brasil não terá futuro. Todas as pesquisas mostram que, entre os fatores que mais impactam o aprendizado do aluno, a qualidade do professor é o mais importante. O baixo aprendizado escolar e a elevada taxa de desigualdade educacional, que se acentuaram drasticamente com a pandemia, constituem o desafio mais relevante a enfrentar. Por isso, não há tempo a perder.

Antes da pandemia, o cenário era dramático. De cada 100 alunos que concluíam o ensino médio, apenas 10 aprendiam o que seria esperado em matemática. No que se referia aos cursos de licenciatura, relativos à formação de professores, mais da metade dos que começavam desistiam antes da conclusão. Por exemplo, de cada 100 que ingressavam no curso de licenciatura em física, 71 desistiam, conforme dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), que acompanharam os ingressantes de 2010 até 2016, quando, na prática, deveriam tê-lo concluído. O quadro é muito similar ao das demais licenciaturas.

O aprendizado escolar, no ensino médio, está, literalmente, estagnado desde o início das primeiras avaliações, ainda na década de 1990. E estagnação, em educação, significa retrocesso. A evasão dos cursos de licenciatura sempre foi elevada, e muito pouco foi feito, em termos de medidas efetivas, para reverter esse quadro. Só que agora não dá mais para esperar: ou enfrentamos o desafio da atratividade, ou vamos sucumbir. Os países de melhor desempenho econômico mundial consideram a educação como o novo nome do desenvolvimento.

Cito agora duas medidas para reverter esse quadro, que tive o privilégio de compartilhar com o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco. O Fundo de Financiamento Estudantil (Fies), por exemplo, poderia ser fortemente aplicado para alunos de cursos de licenciatura de currículos



inovadores, que procuram alinhar a teoria com a prática, trabalham com metodologias ativas e criativas e desenvolvem novas habilidades e competências que vão além dos aspectos meramente cognitivos, ou seja, formando o futuro professor no contexto de uma educação integral, em consonância com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Em decorrência da baixa demanda por esses cursos, as boas instituições de ensino superior estão desistindo de oferecê-los; os que persistem concorrem com a oferta de cursos de baixo impacto de mudança e de qualidade, com mensalidades inferiores a R\$ 100.

Outra medida importante poderia ser a criação de um Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) específico para a carreira do magistério, seguindo a cultura da colaboração entre as unidades federativas vigentes no Fundeb em curso, que tem tido um papel central no enfrentamento da questão do salário do docente. Dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad/IBGE) mostram que, no início da carreira, a diferença entre o salário de um professor e o de outros profissionais com a mesma titulação é de 11% a menos, mas, no meio do percurso profissional, essa diferença sobe para além dos 40%. Sem um plano de carreira vinculado ao desenvolvimento profissional, os jovens não se sentem atraídos pelo magistério.

Quanto custa isso? Essa é a primeira pergunta que nos vem à mente. Mas, como diz Derek Bok, ex-presidente da Universidade Harvard, se você acha a educação cara, experimentalmente a ignorância. O Brasil precisa continuar a ampliar os investimentos em educação, mas precisa também que a aplicação desses recursos seja acompanhada de uma gestão mais eficiente, para que eles resultem em aprendizagem. Algumas vezes, há uma perda significativa, não só pelo mau uso contábil desses recursos, mas também por não terem a eficácia esperada. Anualmente, verifica-se que 500 mil jovens desistem do ensino médio, o que provoca uma perda de mais de R\$ 3 bilhões, e isso só no campo educacional. O custo social é muito maior.

ESG também é agenda de governo

» CLAUDIO SALES, ALEXANDRE UHLIG e EDUARDO MÜLLER MONTEIRO

Integrantes do Instituto Acende Brasil (www.acendebrazil.com.br)

Difícil imaginar alguém que ainda não tenha ouvido falar dos princípios ESG (sigla em inglês para “Ambiental, Social e Governança”), mesmo porque no último ano houve uma explosão do tema em todos os meios. Segundo o Pacto Global, em 2020, o tema ESG foi citado quase sete vezes mais do que em 2019 nas redes sociais brasileiras. O curioso é que, apesar do destaque que tem recebido, a agenda ESG é tão antiga quanto a humanidade, apesar de entrar e sair de evidência com outros nomes.

Em alguns momentos o tema ambiental foi o principal motivo de preocupação, como, por exemplo, no século 17, durante o período de excesso de extração de madeira no Brasil. Em outro momento, a principal preocupação foi com a dimensão social, no início do século 20, quando a Organização Internacional do Trabalho (OIT) foi criada e estabeleceu normas internacionais que definiam desde a idade mínima para trabalhar até a limitação de horas trabalhadas.

Mais recentemente, mas beirando 30 anos, em 1992, foram publicados, a pedido da Bolsa de Valores de Londres, um conjunto de princípios que permitiriam que acionistas de uma empresa acompanhassem sua gestão e desempenho, o que pode ser considerado como o início do que ficou conhecido como Governança Corporativa.

Ou seja, ESG não é agenda nova, mas passou a ser vista como uma agenda mais consolidada e formalizada. Um marco nesse sentido foi a publicação pela Organização das Nações Unidas (ONU), em 2004, do documento “Who Cares Wins”, quando o termo ESG foi cunhado para expressar o conjunto de preocupações ambientais, sociais e de governança que têm impacto material nos investimentos. O tema parece ter sido assimilado mais rapidamente em outros países. A Associação Brasileira de Private Equity (Abvcap), em estudo de 2020, mostra que menos de 15% das empresas brasileiras entenderam a relevância do assunto e aderiram às boas práticas nos três eixos. Na Europa e na Oceania este índice chega a 50%.

O “discurso ESG” tem sido muito concentrado em mudanças climáticas, tema que pode ser o principal problema dos países desenvolvidos, especialmente para reduzir as emissões de GEEs (gases de efeito estufa) provenientes da queima de combustíveis fósseis para gerar energia elétrica. Entretanto, a realidade brasileira é muito diferente. Nosso setor elétrico responde apenas por cerca de 3% das emissões de GEEs nacionais, enquanto a média global é de 32%.

Diante do quadro acima, e olhando para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODSs) propostos pelas Nações Unidas para acabar com a pobreza, proteger o meio

ambiente e garantir que as pessoas, em todos os lugares, possam desfrutar de paz e de prosperidade, qual deve ser o papel do governo brasileiro na promoção equilibrada (entre as três dimensões) e pragmática (voltada a ações e resultados) da agenda ESG?

Será que a dimensão social não merece mais atenção no Brasil em comparação com outros países? Na dimensão ambiental, o desmatamento e o impacto de nossa matriz de transporte nas emissões de gases de efeito estufa não deveriam ser priorizados? Na dimensão de governança, a regulação não deveria inibir a ocupação por grupos de interesse na formulação de políticas públicas que deveriam ser pautadas pela técnica, e não pela pressão baseada em desonestidade intelectual sem limites?

No Brasil, os temas materiais que influenciam substancialmente as avaliações e decisões atreladas a ESG não são os mesmos que os dos países desenvolvidos. Portanto, cabe uma avaliação que considere nossas particularidades. Se o governo brasileiro quiser assumir a liderança coordenada da pauta ESG, será necessário um diagnóstico realista que, por sua vez, possibilitará traçar um plano com metas e ações específicas para obtermos resultados pragmáticos nos três eixos: ambiental, social e de governança. Somente assim será vencida a atual lacuna entre retórica e ação na agenda ESG brasileira.

Visto, lido e ouvido

Desde 1960

Circe Cunha (iterina) // circecunha.df@dabr.com.br

Concertação à brasileira

Com a possibilidade apontada até aqui pelas pesquisas de opinião de uma polarização final, entre esquerda e direita nas próximas eleições para presidente, com tudo aquilo que essas duas tendências ideológicas têm de mais radical e anacrônico, os cidadãos brasileiros conscientes desse momento delicado que se aproxima têm a chance única de interceder no processo, provocando um verdadeiro ponto de inflexão no desafortunado destino político do país, revertendo, pelo voto, a tendência para o caos que se anuncia para todos nós.

É preciso que os cidadãos se inteirem do momento grave atalhando o prolongamento dessas desventuras que parecem nos perseguir praticamente desde o período da redemocratização nos anos 1980. Nessa altura, sabe-se que não haverá, por meio da miríade de partidos que parasitam o Estado, transformados em autênticos valhacoutos de garimpeiros dos cofres públicos, a mudança de rumos e a salvaguarda da nossa cambaleante democracia. O que se apresenta no horizonte não serve aos cidadãos de bem, tampouco às futuras gerações.

Vemos, paralelamente, as possibilidades tétricas da nova onda de enfermidades e de mortes trazidas pelo estreaante ômicron e a formação de algumas candidaturas que foram testadas no poder e provaram ser tão ou mais letais para o país do que o próprio vírus. Não há meios termos para definir o que parece vir pela frente com esses estafermos, que, bafejados pelos ventos do mau fado, que parecem soprar por essas bandas desde a chegada do primeiro invasor europeu no século 15, surgem em suas mulas mancas.

Ciente de que a democracia corre sério risco, o eleitor deve se acautelar, tomando o voto como um bote que pode salvá-lo do naufrágio certo. Lições sobre como proceder ante esse desastre existem em grande número. Em todo o tempo e lugar. Mais recentemente, Espanha, nos anos 1970, e Chile, nos anos 1980, se viram igualmente diante do impasse que bifurcava os destinos do país. Diante da possibilidade, ou não, do prolongamento do pesadelo da ditadura, escolheram, sabiamente, o caminho do meio, reunindo, numa mesma frente única, todos aqueles que queriam o caminho da liberdade.

Partidos, sindicatos, intelectuais, organizações sociais e todas as forças vivas da sociedade se reuniram num movimento de “concertación” para decidir imbricar seus países em direção à democracia e à estabilidade política e institucional. Em nosso país e em pleno século 21, as esperanças são poucas, dada a baixa qualidade ética e social de nossas legendas políticas, preocupadas apenas em se instalar no poder e dele extrair o que puder em benefícios materiais.

A “concertación” à moda brasileira pode vir a se tornar uma realidade, caso o mais destacado candidato da chamada terceira via consiga persuadir as forças sociais e políticas do país na realização de um pacto para caminhar juntos até as eleições com um compromisso, assumido de, em caso de vitória, começar as mudanças do país pelas reformas políticas. Sem essas reformas de base, não vamos longe. Nunca.

» A frase que foi pronunciada

“O homem público é o cidadão de tempo inteiro, de quem as circunstâncias exigem o sacrifício da liberdade pessoal, mas a quem o destino oferece a mais confortadora das recompensas: a de servir à Nação em sua grandeza e projeção na eternidade.”

Deputado Ulysses Guimarães

Importante

Em audiência pública, a Câmara Legislativa inicia um trabalho importante de conscientização do etarismo, forma de preconceito e violência contra a pessoa idosa. Interessante notar que as crianças, naturalmente, não têm preconceitos. Elas são o canal mais forte para educar a família em relação ao idoso. Um momento nas aulas com os contadores de histórias de cabeça branca é um passo singular pela valorização e interação dessa parcela da sociedade tão negligenciada.

Defensoria

Na Câmara Legislativa, a movimentação foi feita pelo deputado Martins Machado, presidente da Frente

Parlamentar do Idoso. Presente na reunião, Bianca Bucoba Rosière, defensora pública, disse que, com a vulnerabilidade do idoso, ele passa a sofrer vários tipos de violência, inclusive a curatela indevida. A afirmação foi feita com a experiência da defensora na Central Judicial do Idoso no TJDF.

Defesa

Segundo Jairo de Souza, militante do Fórum Distrital da Sociedade Civil em Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa no DF são 360 mil idosos, 10% da população. Ele chama a atenção para o fato de a rede pública de saúde no DF ter apenas 10 geriatras para atender essa população e que não houve uma política pública voltada para o seguimento durante a pandemia.

» História de Brasília

“E provando a má vontade do comandante do Iapfesp para com Brasília, basta que se diga que o general Aloísio de Andrade Moura esteve em Brasília, foi muito bem recebido na delegação, ouviu palavras de elogio, recebeu sorrisos, mas não se dignou sequer a visitar o canteiro de obras. (Publicada em 15/2/1962)”